

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

TAIANE DOS SANTOS FERREIRA

**OS DESAFIOS DO GRUPO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE
VINCULOS DO CRAS DO PORTO DOS PADRES, REFERENTE A INSERÇÃO
DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO EM PARANAGUÁ.**

MATINHOS

2016

TAIANE DOS SANTOS FERREIRA

**OS DESAFIOS DO GRUPO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE
VINCULOS DO CRAS DO PORTO DOS PADRES, REFERENTE A INSERÇÃO
DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO EM PARANAGUÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Câmara do
Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade
Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral – para obtenção do
Grau de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.^a
Dr.^a Gisele Ávila Leal de Meirelles.

MATINHOS

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

TAIANE DOS SANTOS FERREIRA

OS DESAFIOS DO GRUPO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DO CRAS DO PORTO DOS PADRES, REFERENTE A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO EM PARANAGUÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito à obtenção do título de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pela seguinte banca examinadora:

(ORIENTADORA)

Prof.^a Dr.^a Giselle Ávila Leal de Meirelles.

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Escorsim.

Prof.^a Mirian Cristina Lopes.

Matinhos, 25 de Novembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me abençoado em todos os momentos da minha trajetória acadêmica, me dando forças para prosseguir e chegar até aqui.

Aos meus pais, Oacir e Jacline, por todo investimento que fizeram durante minha trajetória educacional, pela dedicação e por todo apoio. Serei eternamente grata por todo amor e carinho.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Giselle Ávila Leal de Meirelles, por toda a sua dedicação, incentivo e paciência durante esse processo de aprendizado. A professora teve papel fundamental na construção deste trabalho. Sempre serei grata pelo conhecimento adquirido no decorrer desses anos. Tenho grande admiração pelo seu trabalho e me sinto honrada por ter sido sua orientanda. A senhora sempre será um grande exemplo para mim.

As minhas professoras, Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Escorsim e Prof.^a Mirian Cristina Lopes, por aceitarem a participar da banca de avaliação e pelos módulos no qual estiveram a frente do decorrer do curso, que contribuíram para enriquecimento desse trabalho e da minha formação acadêmica.

A minha supervisora de estágio, Claudia Valeria Coelho Pinto, que também me incentivou e apoiou durante minha formação, me proporcionou compreender os desafios da atuação do serviço social dentro do espaço sócio-assistencial.

A todos os demais profissionais do Cras do Porto dos Padres, que me receberam de braços abertos durante meu período de estagio e da minha pesquisa realizada para esse trabalho.

A minha amiga Letícia Souza, pela amizade, conversas, conselhos, viagens para faculdade e companheirismo durante esses quatro anos. Que não me deixou desanimar. Levarei todos os nossos momentos juntas em meu coração, muito obrigada.

A minha amiga, Thaisa, pela amizade, pelos momentos em sala de aula, que sempre esteve ao meu lado e me dando apoio. Pela parceria e paciência nas decisões da comissão de formatura.

As minhas colegas da turma, Carolina, Isabelle e Priscila, pelo companheirismo e pelos momentos de construção de conhecimento em sala de aula.

E ao meu namorado, Bruno, pelo carinho, pelo apoio, paciência e compreensão por certos momentos de ausência, contribuindo na minha caminhada acadêmica.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar os desafios das mulheres que participam do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social Luís Carlos da Costa Leite – Porto dos Padres, referente à inserção da mulher no mercado de trabalho em Paranaguá. Pretendemos a partir desta pesquisa, levantar o perfil das mulheres do grupo do SCFV e compreender junto aos profissionais que trabalham com o grupo, as dificuldades dessas mulheres entendendo a maior dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho uma expressão da questão social. Este estudo apresenta uma breve trajetória histórica do Serviço Social, os processos que levaram ao reconhecimento da profissão até o movimento de intenção de ruptura e o processo histórico da mulher no mundo do trabalho. Por fim, nos inserimos no Centro de Referência de Assistência Social Luís Carlos da Costa Leite – Porto dos Padres em Paranaguá, para buscar respostas das participantes e profissionais do SCFV a respeito do objeto de estudo.

Palavras-chave: inserção no mundo do trabalho; mulher no mercado de trabalho; expressão da "questão social".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. SERVIÇO SOCIAL	9
1.1. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	13
1.2. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	14
1.3. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
1.4. PARANAGUÁ.....	17
1.5. CRAS PORTO DOS PADRES	20
1.6. GRUPO DE MULHERES	23
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1. A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO.....	24
2.2. NEOLIBERALISMO.....	27
2.3. PRINCÍPIO DE IGUALDADE NO TRABALHO	28
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	31
3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.2. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO	32
3.2.1. PERFIL DAS MULHERES	32
3.2.2. TRABALHO.....	33
3.2.3. GRUPO DAS MULHERES.....	35
3.3. PROFISSIONAS.....	38
3.3.1. PERFIL DAS PROFISSIONAIS DO CRAS	38
3.3.2. GRUPO DAS MULHERES.....	38
4. CONCLUSÃO	43
5. REFERÊNCIAS	45
6. APÊNDICE	47
7. APÊNDICE 2	48
8. APÊNDICE 3	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade discutir os desafios encontrados pelos profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Porto dos Padres do município de Paranaguá para inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Este tema nos instigou desde o início do estágio obrigatório em Serviço Social, realizado pela UFPR, onde atuamos junto ao serviço do CRAS do Porto dos Padres no sentido de promover espaços de lazer e trabalho para mulheres de 30 anos a 59 anos. Trata-se de mulheres que se encontram em vulnerabilidade social, pertencem a famílias de baixa renda, em situação de desemprego e que são usuárias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferecido pelo CRAS.

A vivência durante o estágio obrigatório dentro do SCFV possibilitou compreender e conhecer a realidade das famílias das mulheres do grupo no CRAS e das dimensões técnico-político, ético-político e teórico-metodológico do serviço social.

A participação dessas mulheres no CRAS de Paranaguá se deve ao fato de que a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) visa garantir os mínimos sociais, como programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

Considerando a dificuldade das mulheres que participam do grupo de SCFV para a inserção no mundo do trabalho e demais expressões da questão social, o objeto de pesquisa tem como foco os desafios encontrados pelos profissionais e pelas mulheres referenciadas no grupo de SCFV do CRAS do Porto dos Padres em Paranaguá, no que se refere à inserção das mulheres no mundo do trabalho.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo geral, analisar os desafios encontrados para inserção das mulheres que participam do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no mundo do trabalho. Para o alcance deste objetivo traçamos alguns caminhos teóricos. Inicialmente, realizamos o levantamento do perfil das mulheres inseridas no grupo de SCFV do CRAS. Depois, buscamos identificar as dificuldades encontradas pelas mulheres para inserção no mercado de trabalho. E por fim investigamos junto aos profissionais do CRAS os desafios e avanços do SCFV para inserção das mulheres do grupo no mercado de trabalho.

Espera-se através desse trabalho contribuir com os colegas acadêmicos, relatando parte da realidade dos usuários encontrados no CRAS, dos desafios

encontrados pelos Assistentes sociais no seu cotidiano e suas intervenções diante das situações ali encontradas.

Também possibilitara um conhecimento maior sobre o Centro de Referência da Assistência Social e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as mulheres.

Os resultados da pesquisa serão de suma importância também para as mulheres inseridas nesse grupo, pois poderá auxiliar no seu desenvolvimento profissional, servindo como incentivo.

Tem-se a hipótese de que a maior dificuldade de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho é devido à falta de capacitação, onde a maioria acaba optando pelo artesanato, o que se torna mais fácil e prático, pois podem realizar as atividades artesanais em casa.

No primeiro capítulo, elaboramos uma breve síntese sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil. Explicamos também sobre a trajetória do Serviço Social no Município de Paranaguá e a atuação do Centro de Referência de Assistência Social. Abordamos ainda nesse capítulo, a elaboração do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é o objeto de estudo desse trabalho, a questão do trabalho desenvolvido com as mulheres que participam do grupo, relacionado à geração de renda.

No segundo Capítulo deste trabalho, discorreremos sobre a história da mulher no mundo do trabalho, a exploração do trabalho feminino, como consequência do modo de produção capitalista. E sobre a trajetória da conquista dos direitos da mulher no mundo do trabalho.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para realização desse trabalho. E as análises das entrevistas realizadas com as mulheres que participam do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e com as profissionais responsáveis pelo grupo do CRAS do Porto dos Padres.

1. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que teve origem no Brasil na década de 1930, onde toda prática assistencial era desenvolvida pela Igreja Católica e organizações de caridade.

Os primeiros movimentos da Igreja se deram na década de 1920, através das transformações sociais relacionadas ao modo de produção capitalista. Nesse período a exploração se expressava tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; sendo o tempo livre do trabalhador cada vez menor.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014) a reprodução da força de trabalho, estava a cargo do operário e de sua família. A partir do momento em que a sociedade burguesa viu como ameaça a luta defensiva do operário e a exploração abusiva que os operários eram submetidos, houve a necessidade de que o controle social da exploração da força de trabalho passasse a ser realizada pelo Estado, através de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho.

A questão social é fruto dessa relação de desigualdade entre as classes e está fortemente vinculada à relação de capital x trabalho. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 77).

Através da reação da Igreja, “com o movimento católico leigo. Surge o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.149).

A Igreja Católica teve papel fundamental no enfrentamento da “Questão Social” entre o estado e empresariado, conduzindo a institucionalização e legitimação do Serviço Social. A questão social ganhava maior destaque e demandava uma resposta do governo, a fim de minimizar as revoltas dos trabalhadores que lutavam por melhores condições de trabalho.

O surgimento das primeiras instituições assistencialistas se dá a partir da primeira fase da reação católica em 1920, sendo a Associação das Senhoras Brasileiras,

no Rio de Janeiro, e a Ligas das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, na qual possuíam uma diferenciação, em face das atividades tradicionais de caridade. Em 1932 foi fundada o primeiro Centro de Estatuto e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do serviço social no Brasil. Essa instituição aparece como condensação dos setores da Ação Social e Ação Católica. Tem-se, assim, o início do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.176-178).

O principal objetivo do CEAS era “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p 179).

Em 1937, o CEAS passa a atuar no serviço de Proteção ao Migrante, “funcionando dois anos junto à diretoria de Terras”. Em 1938, é organizada a Seção de Assistência Social, que, tinha por finalidade “realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida”. (IAMAMOTTO E CARVALHO, 2014 p.185).

Iamamoto e Carvalho (2014) relatam sobre as primeiras tarefas desenvolvidas pelos assistentes sociais ocorreram nos Centros Familiares, organizados pelo CEAS com a finalidade de prevenir a desorganização e decadência das famílias, procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação.

Com o tempo, as organizações de trabalho e produção passam a requerer que o agir profissional dos assistentes sociais não se limite ao controle do trabalhador apenas no interior das fábricas, mas sim implica também no seu exercício profissional, adaptar o modo de vida e os métodos do trabalho industrial junto com o trabalhador e seus familiares.

O Congresso Interamericano de Serviço Social realizado em 1941 foi o marco da influência norte-americana no ensino especializado no Brasil. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014):

A partir desse evento se amarram os laços que irão relacionar estreitamente as principais Escolas de Serviço Social brasileiras com as grandes instituições e Escolas norte-americanas e os programas continentais de bem-estar social. No que se refere às modificações curriculares, se observa o estabelecimento de um processo que reaparece seguidamente: volta de um bolsista que realiza curso nos Estados Unidos, introdução de uma nova matéria no currículo (ou reorganização de alguma com a qual se assemelhava) da Escola à qual está ligado, introdução do currículo mínimo recomendado pela ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – 1946),

institucionalização pelo currículo mínimo exigido pelos órgãos competentes do governo. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014 p. 240-242).

A partir da influência norte-americana, o Serviço Social alcança maior nível de sistematização teórica e técnica, passando a ser desenvolvido nas instituições sócio assistenciais em diferentes áreas, como saúde, habitação, educação, previdência social.

De acordo com Iamamoto (2012) a reconceituação do Serviço Social, foi um movimento fundamental para a mudança na construção de um Serviço Social latino americano, apostando na criação de novas bases para ação profissional do Assistente Social, a ruptura do caráter conservador que deu origem à profissão. (IAMAMOTO, 2012, p.205).

Representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão da profissão, implicando um questionamento de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas e da direção social da prática profissional.

Segundo Netto (2005) este movimento possibilitou a construção de uma proposta concreta de intervenção definindo objeto e objetivos do Serviço Social para além do conservadorismo, através da aproximação com o marxismo, até então inexistente. Conforme Netto (2005):

A reconceituação é sem qualquer dúvida, parte integrante do processo de erosão do Serviço social “tradicional” e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas; nas nossas latitudes, a ruptura com o serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora. (NETTO, 2005, p.145-146).

De acordo com Netto (2005) temos três vertentes do movimento de reconceituação: a “perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura”.

A perspectiva modernizadora, segundo Netto (2005) “constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social” (NETTO, 2005, p.164). No I Seminário de Teorização do Serviço Social realizado em 1967 na cidade de Araxá, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), a qual resultou no Documento de Araxá, “definindo a inserção do Serviço social, que deveria intervir junto aos indivíduos com desajustamentos sociais e familiares”. (NETTO, 2005, p. 168). Discutindo sobre a importância de uma metodologia profissional voltada para realidade brasileira.

O Documento de Teresópolis, resultado do II Seminário de Teorização do Serviço Social realizado em 1970, aponta para uma requalificação profissional, definindo o perfil sócio técnico da profissão. (NETTO, 2005, p.192).

De acordo com Miranda (2016) “o que está pautado nestes dois seminários não é uma ruptura com o modelo desenvolvimentista assumido na década de 1950, e sim uma perspectiva positivista dos “males sociais” que estavam postos na realidade social. ” (MIRANDA, 2016, p.65).

O III Seminário Nacional de Teorização de Serviço Social foi realizado em 1978 no Rio de Janeiro, no Centro de Estudos do Sumaré e no Alto da Boa Vista, na qual discutiram sobre o deslocamento da perspectiva modernizadora do Serviço Social. O marco dos seminários do Sumaré e Alto da Boa Vista que ressoaram as formulações da vertente renovadora da “Reatualização do Conservadorismo” (NETTO, 2005, p.201). A perspectiva modernizadora não erradicou o conservadorismo. Ela “explorou particularmente seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a ‘modernização conservadora’ colocou ao exercício profissional” (NETTO, 2005, p.202). “O Serviço Social é posto como uma intervenção que se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial” (NETTO, 2005, p. 206). Na perspectiva da reatualização do conservadorismo apontam a fenomenologia como um dos recursos à matriz teórico-metológicas, que tem como característica o estudo dos fenômenos, voltada a realidade social. (NETTO, 2005, p.208-211).

De acordo com Netto (2005) no período de 1972 a 1975 emerge a perspectiva de intenção de ruptura dentro da estrutura universitária. Netto (2005) afirma que a perspectiva de intenção de ruptura teve “três momentos distintos: o de sua emergência, de sua consolidação acadêmica e de sua expansão à categoria profissional” (NETTO, 2005, p. 261). Sua formulação inicial é realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais com a elaboração do “Método Belo Horizonte”. O período de consolidação acadêmica é caracterizado pelas elaborações teóricas como críticas as outras correntes da renovação profissional e pelo amadurecimento da produção, com a utilização de obras marxistas. Possibilitando a expansão da categoria profissional.

Além do marco universitário, outro acontecimento importante do movimento de reconceituação do Serviço Social foi o “Congresso da Virada” em 1979, que marcou a trajetória da profissão “determinou o fim das bases teóricas mais positivistas e conservadoras e estabeleceu o “pontapé” inicial para a implantação do Projeto Ético

Político Profissional, de base crítico-dialético, conforme o conhecemos atualmente”. (MIRANDA, 2016, p.65).

Segundo Miranda (2016) o Movimento de Reconceituação “não foi o único ganho da profissão. Com a redemocratização no país, a profissão conquistou, em 1988, a inserção da Assistência Social no tripé da Seguridade Social”. (MIRANDA, 2016, p.66).

1.1. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social foi constituída como direito, garantido por lei, como citado anteriormente, fazendo parte do tripé da Seguridade Social, junto à previdência e saúde. De acordo com a mesma em seu art.203:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi implementada em 1993, lei 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

A LOAS é instrumento legal que regulamenta a profissão, com suas definições e objetivos, princípios e diretrizes, organização e gestão através Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos benefícios, serviços e programas de assistência social e do financiamento da assistência social.

Seus princípios e diretrizes estão no Art.4 da LOAS (1993):

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (LOAS, 1993)

Na LOAS se estabelece todas as ações destinadas a Assistência Social no Brasil.

1.2. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, dispõe da decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A PNAS é resultante do processo histórico coletivo e comprometido com o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, de dezembro de 2003, que ocorreu em Brasília com o tema "Assistência social como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania – Loas 10 anos". Uma política, que visa garantir a todos os mínimos sociais, permitindo a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país. (PNAS, 2004, p.4).

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas” (PNAS, 2004, p. 31).

Suas diretrizes têm como base a Constituição Federal de 1988 e na LOAS.

Rege-se pelos seguintes princípios, disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS/NOB/SUAS, 2014, p.32).

Os objetivos da PNAS são:

1. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitarem;

2. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;
3. Assegurar as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade da família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS/NOB/SUAS, 2014, p.33).

A Proteção Social Básica, inserida na PNAS, tem por objetivo a prevenção de situações de risco e fragilidades dos cidadãos, oferecendo programas de transferência de renda para os usuários que estão em situação de pobreza, oferta programas e serviços para os usuários e seus familiares, visando o fortalecimento de vínculos dos familiares e colocando a família como unidade de referência para o usuário. Esse serviço é ofertado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), visando à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, através do programa de atenção integral a família (PAIF); Centro de convivência para idosos; Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e serviços sócio educativos. (PNAS/NOB/SUAS, 2014, p.33 e 34).

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (PNAS/NOB/SUAS, 2004, p.36 e 37).

A proteção social Especial requer uma maior estruturação e atenção especializada, sendo através dos serviços de “Orientação e apoio sócio familiar; Plantão social; Abordagem de rua; Cuidado no domicílio; Habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas sócio educativas” (PNAS/NOB/SUAS, 2004, p.38).

A PNAS divide-se em níveis de proteção de acordo com a complexidade da situação familiar, os usuários constituem-se por pessoas que estão em situação de risco e/ou em vulnerabilidade social, com vínculos familiares rompidos e /ou fragilizados, exclusão social proveniente da pobreza, desvantagem por deficiência, violência em todos os níveis para com os sujeitos, uso de substâncias psicoativa, entre várias situações que possam representar risco pessoal ou social aos cidadãos.

1.3. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na LOAS. O SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) e é conceituado conforme abaixo:

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (PNAS, 2004, p.39).

O SUAS é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. O SUAS constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

O SUAS tem por objetivo:

1. Consolidar um Sistema Descentralizado e Participativo e;
2. Regular e organizar as ações socioassistenciais num sistema, o que significa planejar a política de Assistência Social de forma articulada entre os entes federados tendo os mesmos princípios e diretrizes como fundamento, mas respeitando a diversidade. (PNAS/NOB/SUAS, 2014, p 81).

O SUAS articula os esforços e recursos do governo para a execução e financiamento da PNAS, envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de famílias em situações de vulnerabilidade.

1.4. PARANAGUÁ

A história do Serviço Social no município de Paranaguá começou no ano de 1975, com a Lei nº 1060¹, legitimando novas diretrizes a uma reforma na estrutura administrativa na prefeitura e demais setores administrativos. Dentre essas mudanças, deixa-se claro que é de competência da Secretaria Municipal de Assistência Social, “coordenar e executar a política municipal de assistência social, tendo como destinatária a população em situação de risco e vulnerabilidade social”, mediante os objetivos:

I - Implantar e programar projetos e programas sociais, tendo como enfoque central o núcleo familiar e como estratégia básica a parceria entre o setor público e a iniciativa privada;

II - Coordenar a implantação de cadastros da área social do Município, subsidiando a compatibilização e potencialização das ações e recursos existentes;

III - Coordenar, planejar e implementar a política de apoio e assistência à pessoa com deficiência;

IV - Implantar e implementar projetos ou programas que objetivem resgatar a cidadania da população de baixa renda, valorizando-a e garantindo-lhe, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária;

V - Articular, coordenar, subsidiar e fiscalizar a execução de ações da área social junto a entidades sociais organizadas, comunitárias e assistenciais, públicas e privadas, através de apoio técnico e/ou financeiro de acordo com os objetivos definidos;

VI - Criar, organizar e alimentar o banco de dados da área social, coletando, reunindo, sistematizando e repassando subsídios às demais entidades, visando à compatibilização e potencialização das ações e recursos existentes;

VII - Promover ações nos bairros visando à integração social dos cidadãos à vida comunitária;

VIII - Instituir e gerir centros comunitários, atender a promoção da cidadania;

IX - Atender judicialmente pessoas carentes;

X - Planejar e executar programas de atendimento à criança e ao adolescente carente de 0 a 17 anos completo para a satisfação das suas necessidades básicas, propiciando condições adequadas à sua integração na sociedade e seu desenvolvimento como indivíduo;

XI - Implementar programas que visem o atendimento à criança de 0 a 6 anos, por meio do serviço de creches administradas diretamente pela Prefeitura ou por intermédio de terceiros;

XII - Desenvolver e executar programas, projetos e atividades relacionados com serviços de natureza comunitária voltados para a criança, o adolescente, o jovem, a terceira idade e a população geral;

XIII - Desenvolver e operar medidas de proteção e defesa da criança e do adolescente contra atos de violência por parte da família, da comunidade, ou do Estado;

XIV - Desenvolver e operar ações de Defesa do Consumidor;

¹Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1975/106/1060/lei-ordinaria-n-1060-1975-dispoe-sobre-a-nova-estrutura-administrativa-da-prefeitura-municipal-de-paranagua-e-da-outras-providencias>.

XV - Realizar demais “atividades correlatas”.²

Em novembro de 1990, a Secretaria de Assistência Social era nomeada como “Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social” criada pela Lei nº 1637³, onde se dirigia a competência da secretaria os serviços de planejamentos, organização e avaliações voltadas a da área da saúde e do bem estar social, no entanto, nessa época não existiam assistentes sociais contratados pela prefeitura de Paranaguá.

Em 1993 a Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social passa a ser chamada de Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social conforme a lei nº 1797⁴ tendo a competência de acordo com o Art. 22:

“A formulação, organização, análise e execução da Política de Saúde do Município; [...] a assistência e a proteção à maternidade, à infância, à velhice aos socialmente desajustados e aos deficientes; aos desabrigados; entre outros”. (BRASIL, 1992).

O primeiro concurso de Paranaguá para a contratação de Assistente Social para o quadro efetivo de funcionário foi em 1999, podendo assim atuar nas áreas da Saúde e da Assistência Social.

Em janeiro de 2005, conforme a lei nº 2551⁵, a Secretaria da Assistência Social passou a ser chamada de “Secretaria Municipal da Criança, Promoção e Assistência Social”; com um número extremamente precário de assistentes sociais divididos a dar atendimentos e um determinado progresso nos programas de Atendimento ao Idoso, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Plantão Social, Casa lar dos meninos e das meninas, e Casa dos Adolescentes em conflitos com a lei. Tinham também os projetos assistenciais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Albergue e Sentinela. Sendo que os projetos anteriores foram extintos. Os assistentes sociais do

²SMAS, Prefeitura Municipal de Paranaguá. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/secretarias-e-orgaos/acao-social>.

³Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1993/179/1797/lei-ordinaria-n-1797-1993-cria-as-secretarias-municipais-e-derroga-no-que-nao-conflitar-a-lei-n-1060-de-28-de-novembro-de-1975-e-da-outras-providencias>.

⁴Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1993/179/1797/lei-ordinaria-n-1797-1993-cria-as-secretarias-municipais-e-derroga-no-que-nao-conflitar-a-lei-n-1060-de-28-de-novembro-de-1975-e-da-outras-providencias>.

⁵Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2005/255/2551/lei-ordinaria-n-2551-2005-modifica-a-estrutura-organizacional-da-prefeitura-municipal-de-paranagua-cria-e-modifica-secretarias-cria-cargos-comissionados-derroga-no-que-conflitar-as-leis-n-1060-de-28-de-novembro-de-1975-e-1-797-de-04-de-novembro-de-1993-autoriza-a-abertura-de-creditos-adicionais-e-da-outras-providencias>.

município passaram a se integrar mais nos programas e projetos assistenciais e a participar de palestras, seminários, encontros com as equipes técnicas e debates sobre o SUAS NOB e NOB-RH.

Enfim, conforme o Art. 126 da lei complementar nº 049/2006 através do decreto nº 338, a secretaria passa a se chamar “Secretaria Municipal de Assistência Social”.

Atualmente a Secretaria Municipal da Assistência Social de Paranaguá conta com 152 funcionários, entre eles estão inclusos os assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, auxiliares administrativos, operacionais e serviços gerais.

A Secretaria Municipal da Assistência Social funciona em dois eixos importantes dentro da Política de Assistência Social, como citado anteriormente, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

De acordo com as Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do SUAS (2009), o CRAS está destinado ao atendimento das políticas públicas e sociais. Os serviços socioassistenciais da Proteção Básica do SUAS são voltados ao trabalho com famílias em vulnerabilidade e riscos sociais nos municípios.

O acompanhamento familiar se dá através do serviço de Proteção e Acompanhamento Integral a Família (PAIF). O PAIF tem o intuito de fortalecer a proteção das famílias, promovendo e conscientizando o acesso aos direitos dos usuários, os direcionando para uma melhor qualidade de vida. O PAIF tornou-se “ação continuada da Assistência Social” em 19 de maio de 2004, com decreto 5.085 da Presidência da República, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo governo federal.

Em junho de 2009, foi implantado o primeiro CRAS de Paranaguá, denominado CRAS Luiz Carlos da Costa Leite, está localizado no bairro Porto dos Padres.

Ainda em junho de 2009 foi implantado o CRAS Jesuína Matos da Silva localizado no bairro Nilson Neves.

Em abril de 2012 se integrou ao município de Paranaguá o CRAS Irmã Freitas no bairro Vila Garcia. E em outubro de 2012 o CRAS Zilda Arms, no bairro Serraria do Rocha.

As Orientações Técnicas destinadas ao Centro de Referência de Assistência Social (2009) determinam a capacidade de atendimento, relacionando o número de famílias que serão atendidas no CRAS, o número de funcionários e a estrutura da unidade para atendimento. Em territórios considerados de “Pequeno Porte I” visa

atender até 2.500 famílias, “Pequeno Porte II” visa atender até 3.500 famílias, e a “Médio, Grande e Metrópole” visando atender a cada 5.000 famílias⁶.

O município de Paranaguá conta com 140.469 habitantes, sendo 69.306 homens e 71 163 mulheres (censo de 2012). Dispõe de quatro (4) CRAS no município instalados de forma para melhor atender a população, sendo elas distribuídas conforme a proximidade de sua residência.

1.5. CRAS PORTO DOS PADRES

O CRAS Porto dos Padres se encaixa no “Porte Médio”, atendendo e acompanhando até junho de 2015, 4.430 famílias. Sua maioria encontra-se sem emprego formal, necessitando de auxílio para saúde, educação, alimentação ou com parentes em dependência química.

A estrutura do CRAS Porto dos Padres é composta por uma (1) recepção, três (3) salas de atendimento, uma (1) sala grande usada para oficinas; reuniões; programas e outros fatores em grupo, três (3) banheiros, uma (1) copa e uma (1) dispensa para guardar equipamentos de utilidades para limpeza; e outros usos, totalizando assim dez (10) departamentos e setores de uso.

O espaço físico do CRAS e é reflexo da concepção de lugar de concretização de direitos socioassistenciais, local em que as famílias são acolhidas, onde são disponibilizados os serviços de proteção básica e encaminhamentos necessários. Portanto, é uma referência para as famílias que vivem no seu território de abrangência. (Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social, 2009, p.48).

A equipe de trabalho é composta de uma (1) coordenadora de nível superior com formação em Pedagogia, uma (1) psicóloga, duas (2) assistentes sociais, duas (2) educadoras, um (1) auxiliar administrativo, uma (1) auxiliar de serviços gerais e dois (2) estagiários, totalizando dez (10) funcionários.

Conforme as Orientações Técnicas destinadas ao CRAS (2009) “Municípios de porte Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal devem contar com quatro (4) técnicos de nível superior e quatro (4) técnicos de nível médio”.

⁶ Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas. (PNAS/NOB/SUAS, 2004, p.156).

Atualmente as maiores demandas no CRAS é a procura do Cadastro Único (Cadúnico), para programa do Bolsa Família e documentação, sendo solicitada pelo CRAS através de uma declaração para o encaminhamento da documentação, sendo segunda via de certidão de nascimento ou casamento e identidade (RG), para pessoas com baixa renda. Além disso, o PAIF, em função dos serviços que oferece também é bastante procurado.

No CRAS, o Cadúnico, que tem por objetivo retratar a situação socioeconômica da população de todos os municípios brasileiros e acompanhar as famílias em vulnerabilidade, é a porta principal para a inclusão das famílias a todos os programas socioassistenciais do governo federal e estadual. Dentro do Cadúnico são ofertados os seguintes benefícios: Bolsa Família⁷, Tarifa Social⁸, Leite para crianças,⁹ Documentação¹⁰, BPC¹¹, Família Paranaense¹² e PAIF.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) organiza-se em torno do PAIF, tendo como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida.

⁷Está previsto em Lei Federal nº 10.836. É um programa de transferência de renda criado para melhorar a vida das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil. Tendo o objetivo de resgatar a família da miséria, tendo como critério para o recebimento do benefício uma renda per capita de R\$ 144,00 e a criança entre 7 a 17 anos estar na escola com no mínimo 75% de frequência escolar. (Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>).

⁸Para família que é beneficiado do programa Bolsa Família, mora em imóvel com até 50m² de área construída, tem renda familiar de até dois salários mínimos e não possui faturas de água e esgoto em atraso, basta ir até a CAB Águas de Paranaguá, levando os documentos; RG, CPF, o cartão da Bolsa Família, a última fatura de água, apresentação do IPTU ou documento de posse, que comprove a área construída e o comprovante de recebimento de renda. (Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_TarifaSocial.pdf).

⁹Para crianças de seis meses de idade até três anos têm direito ao leite caso a criança seja considerada abaixo do peso, a família esteja com cadastro atualizado ou tenha uma renda per capita de até ½ salário regional, entorno de R\$ 491,70. (Disponível em: <http://www.leitedascrianças.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>).

¹⁰É solicitado pelo CRAS através de uma declaração para o encaminhamento da documentação, sendo segunda via de certidão de nascimento ou casamento e identidade (RG), para pessoas com baixa renda.

¹¹O benefício de prestação continuada é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com sessenta e cinco anos ou mais, e a pessoa com deficiência, de qualquer idade. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem o ter provido por sua família. (Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>).

¹²É um programa criado para combater o IDH inferior à média brasileira, tendo no Paraná um terço da população com o IDH abaixo da média. Para as famílias cadastradas no Cadúnico. (Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1189>).

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (MDS, 2005, p.8).

Cada usuário deve receber um tipo de atenção diferenciada, de acordo com as necessidades de cada um. A organização dos serviços de proteção básica de assistência social, que estimulam a participação social deve partir da potencialidade familiar.

Em razão disso, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais quatro tipos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos dentro da proteção básica. Sendo supervisionados por uma equipe de profissionais capacitada para atender as demandas específicas de cada faixa etária.

Os grupos de SCFV são divididos de acordo com a faixa etária, sendo, “Crianças e adolescente de 6 a 15 anos. Adolescentes de 15 a 17 anos. Jovens de 18 a 29 anos. Adultos de 30 a 59 anos e Pessoas Idosas.” (MDS, 2015)

Dentre os objetivos do SCFV ofertado a adultos de 30 a 59 anos: (Resolução CNAS nº13/2014)

- [...] c) Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades para novos projetos de vida, propiciar sua formação cidadã e detectar necessidades e motivações, habilidades e talentos;
- d) Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social, estimulando a participação na vida pública no território, além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno;
- e) Possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas; Acompanhe sempre as atualizações deste material de consulta.
- f) Contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos adultos no sistema educacional, no mundo do trabalho e no sistema de saúde básica e complementar, quando for o caso [...] (MDS, 2005, p.12,13).

Os SCFV podem ser ofertados nos CRAS, em outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao CRAS, através de atividades realizadas por meio do trabalho em grupo ou coletivo, de modo a ampliar trocas culturais e vivências desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio (...) supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. (...) A

dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio. (PNAS, 2004, p. 26).

1.6. GRUPO DE MULHERES

As mulheres que participam do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos são mulheres de 30 anos a 62 anos, vinculadas ao CRAS Porto dos Padres e que estão cadastradas no Cadúnico e do PAIF, sendo que a maioria delas recebe bolsa família e outros benefícios, tendo também acompanhamento familiar com a assistente social ou pela psicóloga.

Trata-se de mulheres que se encontram em vulnerabilidade social. Seja com dificuldades no relacionamento familiar, como dificuldades econômicas, sendo que a maior parte está em situação de desemprego e são atingidas diariamente nesse processo de transformações econômicas no nosso país. É através do grupo que buscam uma forma alternativa de renda, pois ali são ofertados cursos e oficinas com objetivo de geração de renda. Além disso, também são realizadas atividades sócio educativas voltadas para temas de saúde, direitos, relacionamento, entre outros, abordado sempre por um profissional junto à assistente social, sendo através de palestras, vídeos e dinâmicas conforme interesse do grupo.

Nota-se que as mulheres buscam o trabalho informal devido à falta de escolaridade e oportunidade. Isto é visível porque as mulheres com maior escolaridade se inserem no mercado de trabalho com maior facilidade. Também acabam optando pelo informal pela questão de praticidade, no caso do artesanato realizado no grupo, é uma atividade que podem realizar em casa com materiais de baixo custo.

Vemos que o número de mulheres no mercado de trabalho vem crescendo e que estão buscando se capacitar, pois agora a mulher também pode fazer uma atividade que antes era exclusiva para homens, uma conquista importante na história das mulheres mesmo ainda tendo algumas dificuldades a serem superadas.

Em Paranaguá a diferença ainda é grande, visto que a maior parte dos contratados em empresas são homens. De acordo com o IBGE, a maioria dos empregados são homens com exceção de algumas áreas, como comércio, educação, atividades imobiliárias e serviços domésticos (Senso demográfico 2010).

A necessidade de trabalho assalariado é uma condição permanente de reprodução social das famílias, especialmente das famílias que pertencem à classe trabalhadora.

Consideramos que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho é uma das expressões da questão social, especialmente devido à intensa história de exploração das mulheres no mundo do trabalho, quanto pelas lutas para melhores condições em que se efetiva o trabalho da mulher na sociedade capitalista. Iamamoto (2001) conceituam a questão social como:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediados por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 16 e 17).

A reduzida remuneração, elevada jornada de trabalho, pouca qualificação e baixa proteção social, são alguns dos fatores que prejudicaram mais fortemente as mulheres do que os homens. A inserção da mulher no mundo do trabalho é um processo que não influencia somente as características do mercado de trabalho, mas em todo processo sócio familiar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Na antiguidade a mulher era excluída, historicamente não podia trabalhar, não tinha nenhuma proteção legal ou legislação que regulamentasse a prestação de serviços das mulheres e não tinha limitação da jornada de trabalho. Nogueira (2004) traz sobre a divisão de trabalho das mulheres, onde na antiguidade as solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães por cuidar das crianças pequenas e as mulheres de meia idade cuidavam dos adolescentes e da cozinha. Já na idade moderna as mulheres solteiras podiam ter atividades fora de casa, sendo vendendo produtos no mercado, com pequenos comércios ou temporariamente como amas e lavadeiras. Nogueira (2004)

afirma que ainda na idade moderna algumas mulheres tentaram ingressar nas fabricas, porém, a força de trabalho feminina era recusada, fazendo com que voltassem para o trabalho domiciliar, ou até mesmo sujeitas a humilhações e abusos dos patrões ou companheiros. O trabalho era mal remunerado ou não remunerado, sendo esta a realidade para muitas mulheres pobres, negras e de baixa escolaridade, caracterizando a exploração da força do trabalho feminino. (NOGUEIRA, 2004, p 6 e 7).

Visto que Saffioti (2013) afirma que no período da sociedade escravocrata não era permitido casamentos inter- raciais, ou seja, a cor e, portanto a raça desempenhava a sua condição econômica. (SAFFIOTI, 2013, p. 234).

“A ênfase na historicidade das relações sociais permite-nos compreender que a família é um fenômeno social, e que a divisão social do trabalho gera uma forma de divisão sexual entre as ditas funções femininas e masculinas” (NOGUEIRA, 2004, p.5).

Assim como Nogueira, Saffioti (2013) afirma que mulher precisava do marido para ter uma posição social e para garantir sua estabilidade, pois era considerada menor que o homem e incapaz.

Durante a Primeira Guerra mundial as mulheres foram inseridas no mundo do trabalho para garantir o sustento do lar, pois os homens tinham que ir para as batalhas. No período pós-guerra muitos homens haviam morrido ou tinham sido mutilados ficando assim impossibilitados de trabalharem. Com isso, as mulheres se viram obrigadas a trabalharem dentro e fora de casa, enfrentando no mercado de trabalho, fortes preconceitos e a desvalorização de seu trabalho.

Santos (2014) afirma que quando as mulheres trabalhavam fora de casa, muitos maridos se sentiam humilhados, pois se encontravam na obrigação de realizar o trabalho doméstico.

Comprendemos que a condição feminina é determinada historicamente tendo sua maior expressão no trabalho doméstico, sendo este, junto com a maternidade, o principal papel que a mulher desempenha nas relações familiares até a contemporaneidade.

Segundo Saffioti (2013) ainda na fase pré-capitalista algumas mulheres casadas podiam trabalhar no comercio e sua posição social e econômica dependia de seu marido.

Mas apenas a partir da Revolução Industrial é que a mulher passa a ser incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas, tendo em vista a intensificação do trabalho e a extensa jornada de trabalho.

Assim como Saffioti, Nogueira (2004) afirma que, foi na fase da revolução industrial que a mulher foi inserida no mundo do trabalho. Devido ao aumento na produtividade do trabalho a fim de satisfazer o capitalista, produzindo sempre quantidade maior de mais-valia.

Marx (2008) também fala sobre a implantação da maquinaria, na qual tornou a força trabalho humano dispensável, ou seja, “a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompletos, mas com membros mais flexíveis”. (MARX p. 451, 2008).

A utilização de determinadas máquinas não requeria a força muscular masculina na qual as mulheres desempenhavam facilmente o trabalho, pois exigia mãos pequenas e habilidosas. Funções estas que dependem da atenção e habilidade, além de muita paciência, pois geralmente são repetitivas e cansativas.

Marx (2008) fala sobre a produção capitalista, afirmando que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente ao prolongar o dia de trabalho. Para ele, extensas jornadas de trabalhorepetitivo não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. (MARX, 2008, p 271).¹³

A exploração do trabalho feminino não ocorria somente nas indústrias. Segundo Nogueira (2004) essas “obrigações” de trabalhar e se dedicar as funções domésticas, justificou a ocupação das mulheres em empregos de baixos salários e com pouca especialização.

“Mulheres, homens e crianças não desfrutavam de uma convivência familiar digna, devido à necessidade de trabalhar o dia inteiro, e só se ver a noite, viviam de forma degradante e estavam fisicamente doentios.” (SANTOS, 2014, p.7)

Desde o período da Revolução Industrial, a mulher é duplamente explorada, com péssimas condições de trabalho e a uma dupla jornada de trabalho. Desde então, além de trabalhar fora de casa, não deixa de exercer as funções domésticas.

¹³Segundo Marx (2008) a lei fabril de 7 de junho de 1844, estabeleceu limites para a jornada de trabalho das mulheres acima dos 18 anos, limitado seu trabalho a 12 horas diárias e vedando o trabalho noturno. Logo após tiveram a redução da jornada de trabalho dos jovens e das mulheres e horário para as refeições, previsto na lei de 1847.

Segundo Saffioti (2013) o capitalismo aprofundou a desigualdade entre as mulheres e os homens, pois as desvantagens do sexo feminino eram muito grandes. De acordo com ela:

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não pode, contudo, ser vista isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o seu papel econômico lhe assegura posição social compensatória de sua submissão ao centro de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, de indagar se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas. (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

De acordo Saffioti (2013) a educação feminina teve início com colégios particulares era baseada em propósitos para o aprendizado dos afazeres do lar sem haver, contudo, uma preocupação com a instrução profissionalizante. Visto que a capacidade mental da mulher era considerada inferior em relação ao homem. (SAFFIOTI, 2013, p. 289-292). Saffioti (2013) afirma pouco antes da Primeira Guerra Mundial iniciaram-se as primeiras manifestações pela busca dos direitos da mulher quanto à educação, profissionalização, entre outros. Vendo a agitação do problema educacional criavam possibilidades e projetos visando organizar o ensino feminino, sendo na manutenção de um ensino secundário mais aquisitivo do que formativo, voltado para o ensino superior. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi primeira entidade feminista brasileira. A luta a ser desenvolvida pela FBPF delineava-se por sete itens, dentre eles a “educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina”. (SAFFIOTI, 2013, p. 357-359). O sexto item explícito da FBPF estava direcionado aos direitos políticos, instituídos no Código Eleitoral Brasileiro, e consolidado na Constituição de 1934.

2.2. NEOLIBERALISMO

O Neoliberalismo surgiu no mundo contemporâneo na época de 1970, após a Segunda Guerra Mundial, como forma de reduzir a intervenção do Estado na economia.

Segundo Ibarra (2011) o neoliberalismo defende a redução da intervenção do governo no mercado de trabalho, a fim de garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Miranda (2016) afirma que “o Estado Neoliberal articula maneiras de expandir o capital privado, com a redução de investimentos em políticas públicas sociais e adota a privatização de empresas estatais para reduzir os seus gastos e favorecer o mercado.” (MIRANDA, 2016, p.38).

O neoliberalismo impacta diretamente a classe trabalhadora, através da privatização, da desregulamentação do trabalho, da implantação da terceirização de postos de trabalho, afetando os direitos da classe trabalhadora, aumentando as taxas de desemprego e diminuindo o nível salarial.

Meirelles (2014) ainda afirma que para “a classe trabalhadora dos países que, de alguma forma, incorporaram princípios neoliberais, os resultados foram um retrocesso histórico, pois se desdobra de políticas neoliberais o aumento nos índices de desemprego.” (MEIRELLES, 2014, p 2).

No que diz respeito à classe trabalhadora, tanto no âmbito mundial como no Brasil, ocorreram algumas modificações decorrentes do processo de reestruturação produtiva. Visto que a intervenção estatal no período do Welfare State possibilitou um aumento na produção e no consumo, porém não influenciou somente na esfera estatal e econômica, mas em todas as esferas sociais, inclusive na luta da classe trabalhadora, afetando a vida econômica e social dos menos favorecidos. Tudo isto resultou no “acirramento da pobreza, do desemprego, das desigualdades sócio-econômicas, da insegurança social e da desesperança, cenário este que leva ao ressurgimento das lutas sociais”. (MEIRELLES, 2014, p 2).

2.3. PRINCÍPIO DE IGUALDADE NO TRABALHO

Apesar das dificuldades enfrentadas cotidianamente, e isso durante séculos, as mulheres vem mostrando que são capazes de trabalhar tanto quanto os homens, que conseguem exercer as mesmas funções e que merecem ter o mesmo valor.

A primeira lei de cunho protecionista à mulher operária surgiu na esfera estadual em São Paulo. A Lei n.º 1.596, de 29 de dezembro de 1.917, que instituiu o Serviço Sanitário do Estado, proibiu o trabalho de mulheres em estabelecimentos industriais no último mês de gravidez e no período de 6 a 8 semanas pós-parto.

O trabalho feminino foi regulamentado pelo Ministério do trabalho em 1932, porém, além de caracterizar a mulher como ser frágil e inferior, limitava a opção dos

empregadores pelo trabalho feminino, reforçando o papel da mulher nas funções do lar. Ainda destacava que o trabalho feminino, apesar de ser “tão produtivo quanto o masculino”, era desvalorizado.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919, sendo responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho e como intuito promover a igualdade das condições de trabalho¹⁴.

Outro resultado de anos de luta para as mulheres brasileiras foi em 1932, através do Código Eleitoral aprovado pelo Decreto nº 21.076, que trouxe grandes inovações ao sistema político eleitoral, as mulheres conquistaram o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

E foi através da Constituição em 1967 com a alteração pela emenda constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969. “A proibição de diferenciação salarial por motivo de sexo ou estado civil e do trabalho da mulher em condições insalubres”.

Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País. De 1985 a 2010, teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2008 passou a vigorar novas alterações, no decreto n 6.412, art. 2º dispõem das competências do conselho, sendo uma delas, de “participar na elaboração de critérios e parâmetros para o estabelecimento e implementação de metas e prioridades que visem a assegurar as condições de igualdade às mulheres” (BRASIL, 2008).

A maternidade foi, por muito tempo, usada como argumento para que a mulher não trabalhasse, já que deveria ficar em casa cuidando dos filhos. A licença-maternidade foi constituída como direito de todas as mulheres, desde que tenham contribuído para o INSS por pelo menos 10 meses. No mesmo sentido o salário-maternidade é benefício previdenciário que garante a gestante o recebimento de renda mensal em valor igual a sua remuneração integral. A empregada gestante tem direito a licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, impedindo que o trabalho feminino possa se tornar mais árduo que o masculino. Outro fato importante se deu através da Lei n.º 6.015 em 1973, onde a mulher tem igualdade e condições para fazer o registro de nascimento do filho.

¹⁴ Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>

O marco na conquista dos direitos das mulheres foi a partir da Constituição 88, onde o art. 5º regulamenta que “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. O artigo 7º XX da Constituição define como direito a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei”. Desse período vemos a proteção ao trabalho da mulher, passando a exercer um papel de igualdade junto aos homens, garantido direitos que antes eram negados.

Em 1999, por autoria da Deputada Rita Camata, inseriu artigos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei 9.799, no capítulo que versa sobre a proteção ao trabalho da mulher, modificando o título da primeira seção do atual “Da Duração e Condições do Trabalho” para “Da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação contra a Mulher”, na qual se trata de “coibir distorções e punir a discriminação contra o trabalho da mulher, do que propriamente incentivar sua contratação e permanência no emprego”. (CLT, 1999).

Nessa mesma lei inseriu novos artigos no capítulo III da CLT, garantindo a mulher dentro do art. 373:

O igual acesso de mulheres às vagas de emprego e, para tanto, veda uma série de atividades que, se promovidas pelo empregador ou futuro empregador, dificultariam ou impediriam a consecução do emprego pela trabalhadora. Assim, a lei proíbe: publicação de anúncios de emprego cujo texto faça referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar; recusa de emprego ou promoção, ou a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, ressalvados os casos em que a natureza da atividade exigir as medidas vedadas. Como também condena considerar sexo, idade, cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional; e, também, impossibilitar o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez. (CLT, 1999).

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) foi criada em 2003 tendo como principal objetivo “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação”¹⁵. Ainda em 2003 foi organizada pela SEPM a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres tendo como objetivo definir as diretrizes para construção de um Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM).

¹⁵ Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Acesso disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>

O Plano Nacional de Política para as Mulheres contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres. Na qual atualmente se organiza em 10 princípios orientadores¹⁶, dentre eles, a igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica que tem por objetivo:

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta [...] desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do País. (PNPM, 2013-2015, p.14).

As políticas para as mulheres têm avançado no sentido de buscar reverter essa lógica de desigualdade presente com as mulheres.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração desse trabalho, realizamos uma pesquisa social, utilizando técnicas qualitativas, iniciando com a observação durante o período de estágio, pesquisa bibliográfica, e estudo de campo.

“A pesquisa social trabalha com gente e com suas realizações, compreendendo-os como atores sociais em relação, grupos específicos ou perspectivas [...]” (MINAYO, 2013, p.62).

De acordo com Minayo (2013):

A pesquisa qualitativa responde à questões muito particulares. [...] Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida. (MINAYO, 2013, p.21).

A observação foi um instrumento fundamental para a elaboração dessa pesquisa. As atividades desenvolvidas durante o estágio no CRAS Porto dos Padres, nos instigou a buscar mais sobre o tema e maior aproximação da realidade das mulheres, interação com o grupo e com o grupo profissional.

¹⁶ Plano Nacional de Política para as Mulheres 2013 – 2015. Acesso disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm>

Gil (1999) explica que por observação simples “é aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio a comunidade, grupo ou situações que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que ali ocorrem”. (GIL, 1999, p.111).

Para a coleta de dados utilizamos de duas técnicas, sendo o questionário para o grupo das mulheres do Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O grupo conta com aproximadamente 10 mulheres. O questionário foi aplicado para 8 mulheres que se dispuseram a conceder informações.

Gil (1999) define questionário como uma “técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999. p. 128)

Utilizamos também de uma entrevista estruturada para as profissionais que dirigem o grupo, sendo uma Assistente Social e uma Psicóloga.

Segundo Gil (1999), a entrevista “oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador possa esclarecer o significado das perguntas e adaptarem-se mais facilmente as pessoas e as circunstâncias em que se desenvolve a entrevista” (GIL, 1999, p 118).

3.2. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO

3.2.1. PERFIL DAS MULHERES

Nossa primeira técnica para coleta dos dados dessa pesquisa foi através do questionário aplicado com as mulheres do grupo de SCFV do CRAS do Porto dos Padres de Paranaguá. Inicia-se pelo primeiro bloco de perguntas, com o intuito de traçar um perfil das mulheres, pois consideramos importante apresentar as particularidades dos participantes.

A pesquisa contou com a participação de oito (08) mulheres sendo elas, duas (02) da faixa etária dos quarenta (40) anos, quatro (04) da faixa etária dos cinquenta (50), uma (01) participante com sessenta (60) anos e uma (01) com setenta e um (71) anos de idade.

Sobre suas cidades de origens quatro (04) participantes nasceram em Paranaguá, duas (02) nasceram em Guaraqueçaba, uma (01) nasceu na Ilha do Mel, uma (01) nasceu em Morretes e uma (01) nasceu no Rio Grande do Sul.

Em relação à etnia, solicitamos a auto representação das entrevistadas. Das mulheres entrevistadas, cinco (05) se declararam brancas e três (03) pardas. Como visto anteriormente a relação de etnia tem grande influência na posição social e econômica das mulheres ao longo da história do Brasil. A inserção das mulheres negras no mercado de trabalho nem sempre é bem vista pelos empregadores, ainda que sua participação na força de trabalho seja mais intensa que a de mulheres não-negras

Sobre a escolaridade das mulheres apenas uma (01) delas tem ensino superior. Cinco (05) das participantes possuem ensino básico e duas (02) estão cursando no programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

É interessante ressaltar que duas das mulheres participantes dessa pesquisa buscaram continuar os estudos, a fim de avançar seu nível de conhecimento e também se preparando para alcançar melhores lugares no mercado de trabalho.

Quanto à composição familiar, com exceção de uma (01) das participantes que mora com seis (06) pessoas, o restante não ultrapassa o número de três (03) pessoas morando na mesma casa. Sendo que, com exceção de uma (01) entrevistada, as demais participantes afirmam morar com os filhos. Vemos aqui que o homem não é mais o único responsável pelo rendimento familiar. A inserção feminina no mercado de trabalho possibilitou que a mulher também seja responsável pela subsistência familiar, e inclusive, que a mulher também pode ser “chefe de família”.

A renda familiar, em sua totalidade, se apresenta até um (01) salário mínimo com exceção de (02) duas participantes, que estão na faixa de 2 a 3 salários mínimos.

Todas as mulheres tem uma religião praticante, sendo seis (06) evangélicas e duas (02) católicas.

3.2.2. TRABALHO

O trabalho é um ponto essencial para nossa análise, ele está no segundo bloco do questionário aplicado as mulheres. A primeira pergunta desse bloco diz respeito à realização de algum tipo de atividade remunerada.

Destacamos que apenas duas (02) participantes exercem algum tipo atividade remunerada. Nota-se que esta informação está nitidamente ligada à faixa etária das mulheres, visto que apenas as mais novas trabalham porem nenhuma delas conta com carteira assinada. Encontramos dados do Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos (DIEESE), confirmando que das mulheres que trabalham apenas 42,8% são com carteira assinada.¹⁷

De acordo com o DIEESE (2016) “o total de ocupados, em 2015, foi estimado em 1.769 mil pessoas, sendo 46,2% mulheres e 53,8% homens. ” (DIEESE, 2016, p.2). Importante lembrar que a maior parte das nossas entrevistadas se encontra em situação de vulnerabilidade, visto que apenas duas exercem algum tipo de atividade remunerada e o restante se encontra desempregada. DIEESE (2016) ainda afirma que a taxa de desemprego, ela cresceu tanto para mulher como para os homens, porém a taxa de desemprego foi menor para as mulheres.

Outro fator que influencia na questão do desemprego é a escolaridade. Sabemos que a escolaridade é um fator essencial para a inserção no mundo do trabalho, pois possibilita um espaço mais amplo de oportunidades e a melhoria/aumento de salário.

Quando perguntamos qual seria o local que gostariam de trabalhar. Uma (01) participante diz que gostaria de trabalhar com limpeza e uma (01) não gostaria de trabalhar, o restante, sendo as oito (08) participantes buscam por atividades que não necessite de esforço físico, como por exemplo, na área administrativa.

Quando foram questionadas sobre o motivo de quererem trabalhar nessas áreas, elas afirmam que:

“Não tenho interesse em trabalhar, já trabalhei muito”. (Mulher 1)

“Porque fiz curso e gostei”. (Mulher 2)

“Porque já tenho experiências com limpeza”. (Mulher 3)

“Porque sei como fazer, faço com amor, gosto do que faço”. (Mulher 4)

“Gosto de lidar com o público e meu marido também trabalha nessa área”. (Mulher 5)

“Porque parece um serviço tranquilo e que não precisa fazer esforço”. (Mulher 6)

“Porque trabalharia com algo que eu gosto e teria carteira assinada”. (Mulher 7)

“Porque é um trabalho que não necessita fazer tanto esforço”. (Mulher 8).

Observa-se aqui, que nossa hipótese vai inicialmente se delineando, visto que as maiores dificuldades de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho são devido à falta de capacitação, onde a maioria acaba optando por fazer aquilo que já tem

¹⁷ Acesso disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/mulheresSINTMET.html> (Tabela 5).

habilidade. Pelas respostas colhidas, o trabalho que tanto almejam está relacionado a atividades que não necessitam fazer esforço.

Perguntamos também se as mulheres recebiam algum benefício assistencial para complemento de renda. A maioria respondeu que sim e que esse benefício assistencial é o mesmo, o Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa que como citado nesse trabalho busca garantir às famílias de “baixa renda”, acesso à educação, à alimentação e à saúde.

3.2.3. GRUPO DAS MULHERES

Esse bloco de perguntas aborda o olhar das mulheres em relação ao grupo de SCFV. A primeira questão se refere à importância do grupo de acordo com a opinião de cada uma. As respostas foram:

“Para reunir mulheres que querem aprender a fazer diferentes, buscar novos conhecimentos sobre o mundo” (Mulher 1)

“Para fazer amizade, conversar e aprender coisas novas” (Mulher 2)

“Para se distrair, conhecer novas pessoas e conversar” (Mulher 3)

“Para se distrair e conversar” (Mulher 4)

“Para se distrair” (Mulher 5)

“Para distrair a cabeça” (Mulher 6)

“Para conhecer pessoas novas e aprender novas formas para ganhar dinheiro” (Mulher 7)

“É um meio de aprender uma com as outras. Para nos capacitar, pois minha renda começou no CRAS, fazendo artesanato” (Mulher 8)

Analisamos que todas as mulheres responderam à questão no mesmo sentido, vendo o grupo como momento de “distração”. Através das observações realizadas no percurso dessa pesquisa, notamos outros aspectos que merecem ser destacados, como a importância do lazer. O lazer faz parte das necessidades sociais de um indivíduo e é constituído como direito de todos. As necessidades sociais incluem a necessidade de associação, de troca de amizade, de afeto e evidentemente a troca de experiência, que são essenciais e proporciona a essas mulheres momentos de descontração e socialização.

É importante destacar também a fala da “Mulher 7” e “Mulher 8” que estão diretamente relacionadas a geração de renda, onde vemos o artesanato como forma de

complementar sua renda ou até mesmo como a “Mulher 8” respondeu, que sua renda veio do artesanato produzido no SCFV. Podemos notar aqui que o SCFV contribui com alternativas para a geração de renda.

Na pergunta a seguir questionamos sobre a participação do grupo, os motivos que as levaram a participar das atividades desenvolvidas no SCFV e respostas foram as seguintes:

“Para se distrair e não ficar em casa” (Mulher 1)

“Gosto de vir no grupo para se distrair” (Mulher 2)

“Para sair de casa, ocupar a cabeça” (Mulher 3)

“Porque gosto do grupo, gosto de conversar com minhas amigas e assim não fico só em casa” (Mulher 4)

“Para aprender coisas novas” (Mulher 5)

“Para ter uma atividade de lazer e não ficar só em casa” (Mulher 6)

“Para aprender coisas novas e vender as coisas que aprendemos” (Mulher 7)

“Porque gosto do ambiente e aprendo coisas novas” (Mulher 8)

A participação das mulheres no grupo do SCFV está ligada mais uma vez ao momento do lazer, estar reunidas com outras pessoas, se distrair com as atividades, são os motivos levantados pelas mulheres. Como citado na pergunta anterior elas participam do grupo como seu momento de lazer e isto consta na Resolução CNAS nº13/2014, sendo um dos objetivos gerais do SCFV, “assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, encontros a fim desenvolver a sua convivência familiar e comunitária” (MDS, 2005, p.12). É importante buscar essa dinâmica de interação com o grupo, não apenas a questão financeira, mas trabalhar com as mulheres como um todo, como uma forma de crescimento pessoal.

Como na questão anterior, a “Mulher 7” fala sobre gerar renda nas atividades realizadas no grupo, buscando conquistar sua autonomia econômica através do SCFV.

A próxima pergunta esboça sobre as atividades que as mulheres mais gostam no grupo, as mulheres responderam que:

“Das amizades e dos artesanatos” (Mulher 1)

“Dos artesanatos” (Mulher 2)

“Dos cursos” (Mulher 3)

“Gosto de Tudo” (Mulher 4)

“Do artesanato e dos cursos” (Mulher 5)

“Aprender coisas novas, como o artesanato” (Mulher 6)

“Artesanato” (Mulher 7)

“Dos cursos” (Mulher 8)

No geral, as respostas falam das atividades direcionadas ao artesanato. Visto que os cursos ofertados no grupo em geral são direcionados ao artesanato. Notamos que o trabalho artesanal compõe a história do mundo das mulheres no trabalho, como vimos no capítulo 2, onde a mulher era responsável por lavar e tecer. Olhando com mais atenção a história das famílias no Brasil, as técnicas de bordado, artesanato, entre outros eram tarefas para “ocupar as mulheres”, onde eram realizados nos espaços domésticos e no exercício da maternidade, para que não saíssem de casa. Essas atividades nunca foram vistas como trabalho, hoje vemos que recebem alguma valorização.

Podemos afirmar que o artesanato é uma maneira de gerar renda dentro da própria casa ou não muito longe dela. Mais uma vez confirmando nossa hipótese de que as mulheres partem para o artesanato por ser mais acessível a todas.

Quando questionadas sobre o que poderia melhorar no grupo de SCFV, responderam:

“Está tudo bom” (Mulher 1)

“Mais novidades, coisas diferentes” (Mulher 2)

“Mais cursos, como informática” (Mulher 3)

“Ter uniforme para o artesanato, com teve outras vezes” (Mulher 4)

“Continuar com cursos de capacitação, com certificado” (Mulher 5)

“Ter um lugar melhor para os encontros, uma sala maior” (Mulher 6)

“Cursos direcionados a comida, porque comida vende bem” (Mulher 7)

“Poderiam trazer mais profissionais para nos dar aula” (Mulher 8)

Vemos que o interesse de todas está relacionado à capacitação, cursos que invistam no crescimento de cada uma. Como visto no capítulo 1a oferta de atividades do SCFV é desenvolvida de acordo com a necessidade de cada grupo. As mulheres relatam

sobre a necessidade de cursos de capacitação, por meios que possibilitem sua entrada no mercado de trabalho.

Percebemos nas respostas acima, a importância de desenvolver cursos que ampliem as oportunidades de trabalho, de promovê-las socialmente, fazendo com que tenham acesso aos seus direitos sociais. As mulheres precisam gerar renda com seu trabalho para satisfazer as necessidades de suas famílias, visto que muitas vezes elas são as únicas provedoras de suas famílias.

3.3. PROFISSIONAS

3.3.1. PERFIL DAS PROFISSIONAIS DO CRAS

A segunda parte da nossa pesquisa foi realizada através da entrevista realizada com duas profissionais do CRAS do Porto dos Padres, que atuam junto ao grupo do SCFV das mulheres. Os dados foram coletados com uma (1) Assistente Social e uma (1) Psicóloga. Ambas são formadas a mais de vinte e três anos (23) anos e atuam na Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranaguá há mais de cinco (5) anos.

Para que os dados das entrevistas continuassem em sigilo, utilizamos a seguinte codificação: “Profissional 1” e “Profissional 2”, para facilitar a análise e a compreensão do leitor.

3.3.2. GRUPO DAS MULHERES

Afim de compreender e investigar junto aos profissionais do CRAS os desafios encontrados para inserção das mulheres do grupo de SCFV no mercado de trabalho iniciamos as entrevistas questionando sobre quais os principais objetivos do SCFV. As entrevistadas responderam que:

A troca de experiências, vivências e cultura, além da valorização pessoal, o que é muito importante para mulheres desse grupo, visto que parte delas se sentem desvalorizadas e algumas já sofreram violência. E a participação nos demais serviços do CRAS, dos benefícios. (Profissional 1)

O principal objetivo é a prevenção de ocorrências de situações de risco social. Estimular o desenvolvimento do protagonismo das mulheres do grupo, fortalecer o sentimento de pertencimento social e promover a autonomia delas. (Profissional 2)

Como vimos acima, as duas profissionais apontaram nas suas falas os objetivos gerais do SCFV da resolução CNAS N°13/2014:

- e) Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- f) Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades. (MDS, 2005, p.10).

A “Profissional 1” traz em sua fala a questão da violência, que pode ser ela física ou psicológica. A violência psicológica dificilmente é percebida, pois não deixa marcas físicas, mas que destroem a autoconfiança da mulher. O agressor usa de meios como a discriminação, humilhação para coibir a vítima.¹⁸ As profissionais levantam também uma questão importante que é a promoção da autonomia das mulheres, não somente a promoção da igualdade de oportunidades das mulheres, além de capacitar essas mulheres para desenvolver uma atividade sustentada de geração de renda, mas para que conheçam e busquem os seus direitos.

De acordo com o MDS (2005) a qualidade do serviço a ser desenvolvido pelos profissionais no grupo é fundamental para o alcance dos objetivos do SCFV.

Na pergunta 2, aproveitamos para questionar as profissionais acerca da avaliação do seu papel profissional junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mulheres. As respostas foram:

É através do meu atendimento que convido as mulheres para o grupo, através do relacionamento e confiança, então estou ali como mediadora, para orientar e incentivar tanto nos assuntos familiares como nas atividades relacionadas à renda. (Profissional 1)

A importância de proporcionar um ambiente ético e que transmita segurança para que elas possam interagir entre si. Buscar sempre compreender as dimensões dos fenômenos sociais e coletivos. (Profissional 2)

As duas falas expressam que as profissionais trabalham com o grupo no sentido de construir a cidadania, discutindo com elas os valores e direitos, descobrindo as habilidades, elevando a auto-estima e potencializando-as. Um dos princípios fundamentais da profissão é buscar a emancipação, a liberdade e a igualdade das mulheres. Encontramos no Código de Ética Profissional do Assistente Social como princípio fundamental a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa

¹⁸ Lei n° 11.340 - Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (Brasil, 1993). O Serviço Social tem reafirmado, ao longo dos últimos trinta anos, um compromisso, defendendo princípios norteadores do Código de Ética Profissional.

A pergunta número 3, diz respeito aos principais desafios encontrados pelas profissionais para realizar o seu trabalho nesse grupo com as mulheres (SVCF):

O desafio está em lidar com as emoções, momentos de perda, seja triste ou alegre, ou até mesmo em conflitos entre elas, saber orientar de maneira correta. E também a dificuldade de manter as mulheres interessadas em participar do grupo, porque sempre tem fases do ano em que elas se afastam, por motivos familiares, brigas no grupo ou até mesmo por falta de algo que elas gostem, como quando acaba algum curso o número de mulheres diminui bastante, a maior dificuldade é fazer com que voltem. (Profissional 1)

A adesão e frequência, manter o interesse do grupo. (Profissional 2)

Como já falamos anteriormente o trabalho das profissionais do CRAS no grupo é essencial, com o intuito de sempre promover ações que tenham impactos relevantes na vida das mulheres. Através da fala da Profissional 1 notamos a importância da aproximação com as mulheres, buscar relacionar a realidade delas com as atividades desenvolvidas em grupo, afim de manter o interesse das mulheres. Visto que o que elas mais gostam são os cursos, então buscar promover essas atividades que elas tem interesse. Articular o SCFV com o PAIF também contribui para a aproximação e motivação das mulheres através do vínculo com as profissionais.

Partindo para no foco principal a pergunta 4 norteia a concepção das profissionais em relação a inserção da mulher no mundo do trabalho.

Nós mulheres estamos crescendo a cada dia no mercado de trabalho, estão na busca de seus sonhos e realizações. Visto a grande luta que tivemos no decorrer da história, preconceitos, e a dificuldade na inserção porque antes a mulher estava limitada ao trabalho de casa. Hoje dia não, tem muitas áreas e vai crescer muito mais. Estão lutando pelo seu lugar no mundo do trabalho. (Profissional 1)

Atualmente as mulheres estão assumindo a responsabilidade de “chefe de família”, sendo provedora principal de sua família, não estão mais “dependendo do marido”. Estão buscando mais qualificações e tendo mais espaço no mercado, buscando seus direitos e exercendo a cidadania. (Profissional 2)

Analisamos através da fala das profissionais que a relação das mulheres com o mercado de trabalho, assim como as transformações de ordem econômica, social e

cultural vem crescendo, onde as mulheres não tem mais a obrigação de realizar apenas as tarefas domésticas, possibilitando o desenvolvimento em outras atividades que antes eram exclusivamente para os homens, ampliando o seu conhecimento e buscando autonomia pessoal, econômica e empoderamento. Visto que a geração de renda é uma forma para melhorar a qualidade de vida do grupo

Na pergunta 5, aproveitamos para questionar as profissionais a partir da experiência de cada uma junto ao Serviço de Convivência, qual é a principal motivação para a participação das mulheres no grupo, elas responderam que:

A convivência, as amizades que criam e principalmente os cursos, o número de frequência aumenta no período dos cursos. (Profissional 1)

O acolhimento, a escuta. Ali elas se sentem seguras, se abrem, fizeram amizades. (Profissional 2)

Percebemos então, através da fala das profissionais que assim como a respostas das mulheres anteriormente, a maior motivação para participação do grupo são os cursos, as atividades direcionadas a renda e as amizades. Ressaltamos que trabalho, apoio, incentivo, acolhimento e os laços afetivos, refletem como estímulo para que continuem a participar do grupo.

Dando continuidade a entrevista, na pergunta 5 questionamos sobre como é feito o planejamento dos cursos de capacitação profissional ministrados no SCFV, as respostas foram as seguintes:

Temos uma parceria com a PROVOPAR e PRONATEC, no início do ano são passados os cursos que serão ofertados, então fechamos data de acordo com o calendário deles. Também tem professoras de artesanato que temos vínculos e chamamos de acordo com a disponibilidade de cada uma. As usuárias do CRAS que participam do grupo também contribuem compartilhando suas habilidades. (Profissional 1)

O planejamento é realizado no início do ano, junto aos profissionais do CRAS, ligado com as demais atividades do equipamento. (Profissional 2)

De acordo com o MDS (2005) a oferta do SCFV serviço deve ser planejado junto aos demais profissionais do equipamento (CRAS). Conhecer a realidade do território é fundamental para melhor organizar a oferta do serviço, para elaboração de palestras, orientação acerca de direitos, cursos acessíveis, etc. O município tem autonomia e flexibilidade para organização da oferta do serviço, de acordo com as características de cada local.

Notamos através da fala das profissionais que a execução de cursos profissionalizantes depende de suas parcerias, por isso tem maior facilidade com as

atividades de artesanato, pois são realizadas através da troca de conhecimento entre as próprias integrantes do grupo. Organizar recursos como passeios, ônibus para passeios, também estão relacionadas à articulação com outras instituições.

E por fim, na pergunta de número 6, perguntamos quais os avanços que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mulheres tem obtido em relação à inserção de mulheres no mundo do trabalho, elas explicam que:

Melhoria na qualidade de vida, e o despertar para a realidade do mercado de trabalho, de estar sempre buscando qualificação profissional. Promover também a independência de cada uma. (Profissional 1)

A autoconfiança, o conhecimento ampliado e possibilitando portas para uma saída de sua situação financeira. (Profissional 2)

Observamos que todas identificam como avanço o fato de que o SCFV tem possibilitado as mulheres melhores condições de vida e trabalho, sendo ponte para inserção da mulher no mundo do trabalho, onde as mulheres estão procurando alguma maneira de ampliar seus conhecimentos. Podemos concluir que o trabalho realizado vai além do ambiente de convivência e que está cumprindo com os objetivos do SCFV, estimulando o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos das mulheres.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos compreender os desafios encontrados pelos profissionais e mulheres referenciadas no grupo de SCFV do CRAS do Porto dos Padres em Paranaguá.

Os resultados das análises realizadas durante essa pesquisa foram de grande enriquecimento para o meu conhecimento junto a minha jornada acadêmica durante esses 4 anos, onde estive vivenciando a prática profissional dentro do campo de atuação do serviço social e colocando em prática o projeto político pedagógico do curso, reconhecendo todo o campo teórico e compreendendo a realidade das mulheres que participam do SCFV no CRAS do Porto dos Padres.

Podemos afirmar que nossos objetivos foram alcançados, realizamos o levantamento do perfil das mulheres inseridas no SCFV, apresentamos em nossa análise as dificuldades de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, na qual, estão relacionadas falta cursos profissionalizantes. Logo conseguimos confirmar a hipótese apresentada no início deste estudo, de que as maiores dificuldades de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho são devido à falta de capacitação.

Os resultados expressam uma necessidade de cursos profissionalizantes, visto que os cursos oferecidos geralmente são organizados com atividades como costura e pintura, é muita baixa a capacidade de sustentação econômica dessas atividades apresentadas. É importante também destacar os avanços do grupo em relação a inserção das mulheres no mercado de trabalho, apresentados pelas profissionais do CRAS, na qual buscam promover a melhoria na qualidade de vida das mulheres, incentivando a autonomia das mulheres e promovendo um ambiente de lazer. Diante disso, é possível destacar que as possibilidades de melhoria do grupo e as possíveis transformações da mulher do mercado de trabalho não se esgotam por aqui.

O direito do trabalho da mulher passou por diferentes fases ao longo da história. Desde momento onde nem mesmo existia um direito do trabalho da mulher, mulheres não deveriam trabalhar, e as que o faziam, o faziam à margem da lei, sem qualquer proteção legal, sofrendo com as limitações que somente a mulheres tinha por se considerada inferior. A divisão sexual do trabalho, determinada historicamente e culturalmente, não diz respeito apenas à esfera reprodutiva dos homens e das mulheres, mas nos valores sociais de cada indivíduo, como vimos à importância citadas pelas

profissionais entrevistadas de “fortalecer o sentimento de pertencimento social e promover a autonomia delas”.

Claro que as mulheres conquistaram avanços no mercado de trabalho, na política, na esfera privada, entre outros. Contudo, a base salarial ainda é um ponto desigual, visto que a mulher faz o mesmo trabalho que o homem e seu salário ainda são inferiores. Ainda esperamos por políticas mais eficientes e assertivas.

Do ponto de vista histórico, o Serviço Social caminhou paralelo às conquistas dos movimentos feministas, configurando-se como aliado em muitas lutas, principalmente, no que se refere à garantia e à ampliação de direitos, buscando provocar mudanças sociais, visando à formulação e à implementação de políticas públicas específicas para as mulheres. Pensamos sobre a importância da intervenção do assistente social a fim de contribuir para um enriquecimento da percepção do cotidiano pelos sujeitos. Os Assistentes sociais tem o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, atuando nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação de cunho sócio educativo e de prestação de serviço se inserindo nas mais diversas áreas.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n º8.742 de 7 de Dezembro de 1993.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Previsto na LOAS.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social de 2004, Resolução nº 145, DE 15 de Outubro de 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

IAMAMOTO e CARVALHO, Marilda Vilela e Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. Ed. São Paulo, Cortez, 2014.

IBARRA, David. **O neoliberalismo na America Latina**. Revista Economia Política. São Paulo, v.31, n.2, 2011.

IPARDES. **Paranaguá. Senso Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411820&idtema=107&search=parana|paranagua|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-trabalho>> Acesso em: 25 de março de 2016.

MARX, Karl. **O Capital critica da economia política: Volume 1**. 26. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social. **Centro de Referência de Assistência Social**. Disponível em: < <http://prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/orientacoes-tecnicas-CRAS.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2015.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social - Assistência social - Proteção Básica – Serviços – **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – Perguntas frequentes**. Disponível

em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>> Acesso em: 02 de outubro de 2016.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MIRANDA, Carolina Evangelista de. **O Serviço Social frente ao aprofundamento das expressões da “Questão Social” no Centro se Referência Especializada de Assistência Social em Paranaguá - PR.** Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Paraná. Matinhos/PR, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no pós-64.** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e precarização.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Prefeitura Municipal de Paranaguá. **Secretarias e Órgãos.** Disponível em <<http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/secretarias-e-orgaos/acao-social>> Acesso em: 03 de outubro de 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes.** – 3. Ed. – São Paulo. Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Camila Maria dos. **O trabalho “feminino” no capitalismo: uma expressão da “questão social”?**. XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social: Lutas Sociais e Produção do Conhecimento. Natal: UFRN, 2014.

Tecnologia e informação, Secretaria Municipal. Prefeitura de Paranaguá. **Secretaria Municipal de Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/secretarias-e-orgaos/assistencia-social>>. Acesso em: 03 de outubro de 2015.

6. APÊNDICE



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Com a finalidade de conclusão de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná setor Litoral, eu Taiane dos Santos Ferreira, estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Dr.^a Gisele Ávila Meirelles, cujo objetivo é estudar os desafios encontrados pelos profissionais e mulheres referenciadas no grupo de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS do Porto dos Padres em Paranaguá, no que se refere à inserção das mulheres no mundo do trabalho.

A participação dessa pesquisa é voluntária. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo, visando assegurar o sigilo de sua participação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador e a outra será fornecida ao Sr.(a)

Eu _____ fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa e consinto em participar. Declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Paranaguá, _____ de _____ de 2016.

Taiane dos Santos Ferreira
Pesquisadora.

A pesquisadora se coloca à disposição para qualquer eventual dúvida desconforto ou dificuldade, através do telefone (41) 9881-1015 ou do email taiane_tf@hotmail.com.

Atenciosamente,

7. APÊNDICE 2



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



QUESTIONÁRIO COM GRUPO DE MULHERES DO SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS PORTO DOS
PADRES DE PARANAGUÁ

1. DADOS PESSOAIS

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____

1.3. Cidade onde nasceu: _____

1.4. Identidade Étnica:

() Branca

() Negra

() Pardo

() Índio

() Outro

Qual? _____

1.5. Escolaridade: _____

1.6. Quantas pessoas moram na sua casa? _____

1.7. Quantos filhos você tem? _____

1.8. Em que faixa está a sua renda família? * Valor do salário mínimo nacional = R\$ 880,00

- Até 1 salário mínimo
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- Acima de 6 salários mínimos

1.9. Você tem alguma religião?

- Sim Não

Caso Sim, qual religião? _____

2. TRABALHO

2.1. Você exerce alguma atividade remunerada fora de casa?

- Sim Não

Caso Sim, responda a próxima pergunta

2.2. A atividade que você exerce fora de casa é com carteira assinada?

- Sim Não

2.3. Você gosta do seu trabalho?

- Sim Não

2.4. Aonde você gostaria de trabalhar? _____

2.5. Porque você gostaria de trabalhar nesse local? _____

2.6. Você recebe algum benefício social?

- Sim Não

Caso sim, qual (ais) benefício (s) você recebe? _____

3. GRUPO DAS MULHERES

3.1. Para você, qual é a importância do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos?

3.2. Porque você participa do Grupo das mulheres no Cras (SVCF)?

3.3. O que você mais gosta no Grupo das mulheres?

3.4. O que você acredita que poderia melhorar no Grupo das mulheres?

Muito Obrigada!

8. APÊNDICE 3



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DO CRAS PORTO DOS PADRES EM
PARANAGUÁ

1. PERFIL DOS PROFISSIONAIS

1.1. Profissão: _____

1.2. Idade: _____

1.3. Formação: _____

1.4. Tempo de atuação profissional: _____

1.5. Primeiro local de emprego: _____

2. PERCEPÇÃO SOBRE O TEMA

2.1. Para você, quais são os principais objetivos do Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos no Cras?

2.2. Como você avalia a seu papel profissional junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mulheres?

2.3. Quais os principais desafios que você encontra para realizar o seu trabalho nesse grupo com as mulheres (SVCF)?

2.4. Qual a sua concepção sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho na contemporaneidade?

2.5. Pela sua experiência junto ao Serviço de Convivência, qual é a principal motivação para a participação das mulheres no grupo?

2.6. Como é feito o planejamento dos cursos de capacitação profissional ministrados no Serviço de Convivência?

2.7. Quais os principais avanços que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com as mulheres tem obtido em relação à inserção de mulheres no mundo do trabalho?

Muito Obrigada!